

**COLEGIADA**



JUCESP PROTOCOLO

550167/02-0

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA  
SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, DA PANAMERICA**



Esta escritura ("Escritura") é firmada pelas seguintes partes:

**1. PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Deodoro, 650, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob no. 02.682.287/0001-02, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora").

**2. Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 205, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob no. 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário").

**3. SILVIO SANTOS PARTICIPAÇÕES S.C. LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jaceguai, 496, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob no. 43.350.131/0001-01, na qualidade de garantidora e interveniente, neste ato representada na forma de seus respectivos documentos societários ("Garantidora"),

CLÁUSULA PRIMEIRA  
AUTORIZAÇÃO

**1.1 Autorização.** A celebração desta Escritura foi autorizada pela reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de novembro de 2002.

CLÁUSULA SEGUNDA  
REQUISITOS

**2.1 Registro na Comissão de Valores Mobiliários.** As debêntures ("Debêntures") de que trata esta Escritura serão distribuídas ao público

2



("Distribuição Pública"). A "Distribuição Pública" será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma das Leis no. 6.385, de 07 de dezembro de 1.976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2 Registro na ANBID. A Distribuição Pública deverá ser registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimentos ("ANBID"), em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil ("Código ANBID").

2.3 Arquivamento e Publicação da Ata da Reunião do Conselho de Administração. A Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora que deliberou sobre a presente emissão ("Emissão") será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 62, I, da Lei 6.404/76, e publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Comércio e Indústria.

2.4 Inscrição da Escritura. Esta Escritura será inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

2.5 Registro na CETIP. As Debêntures deverão ser registradas no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

2.6 Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão deverão ser veiculados na forma de "Aviso aos Debenturistas" no jornal Diário do Comércio e Indústria.

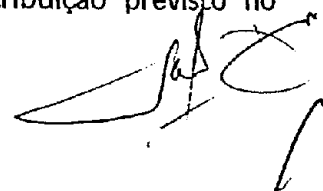
CLÁUSULA TERCEIRA  
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Distribuição Pública. A Distribuição Pública ocorrerá mediante procedimento diferenciado de distribuição previsto no



3





Artigo 33 da Instrução CVM 43/80. Não haverá reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos e não será constituído fundo de manutenção de liquidez para as Debêntures.

3.2 Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de dezembro de 2.002 ("Data da Emissão").

3.3 Quantidade de Debêntures e Número de Séries. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures, em série única.

3.4 Valor Nominal e Montante da Emissão. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo um montante de emissão de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data da Emissão.

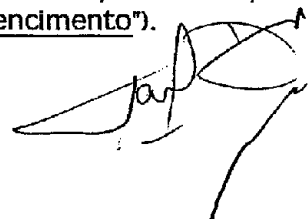
CLÁUSULA QUARTA  
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Tipo, Conversibilidade, Forma e Espécie. As Debêntures serão do tipo simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e da espécie subordinada. Não serão emitidos certificados, razão pela qual aos debenturistas servirá como comprovante de titularidade das Debêntures (a) o Relatório de Posição de Ativos da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"), solicitado pela Emissora, e emitido a qualquer tempo ou por ocasião do pagamento das obrigações decorrentes da Emissão; ou (b) extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures contratada pela Emissora para esse fim, na hipótese de o debenturista não estar vinculado àquele sistema.

4.2 Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de dezembro de 2.005 ("Data de Vencimento").



4



4.3 Preço de Subscrição e Integralização. O preço será o valor nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, conforme definição abaixo, acumulada desde a Data da Emissão até a data de integralização. A integralização das Debêntures deverá ser feita à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.4 Remuneração. As Debêntures renderão juros correspondentes ao valor acumulado de 108 % (cento e oito por cento) das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "Over Extra-Grupo" (Taxas DI), base 252 dias, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o valor nominal das Debêntures, a partir de 01 de dezembro de 2002 e pagos ao final de cada Período de Capitalização ("Remuneração"). Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia em 01 de dezembro de 2002, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais "Períodos de Capitalização", e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.4.1 Fórmula de Cálculo dos Juros:

$$J = VN \times \left\{ \prod_{j=1}^N \left[ \text{Taxa DI Diária}_j \times \left( \frac{\text{Fator Multiplicador}}{100} \right) + 1 \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, em Reais

VN = saldo do valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, em Reais.

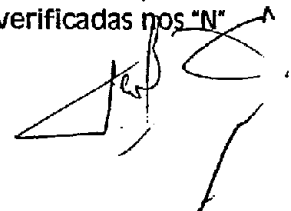
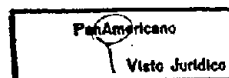
$\prod_{j=1}^N$  = produtório de "N" termos;

Fator Multiplicador = 108;

Taxa DI Diária<sub>j</sub> = Taxas médias diárias do DI de um dia, "Over Extra-Grupo", base 252 dias, na forma unitária, verificadas nos "N"



5



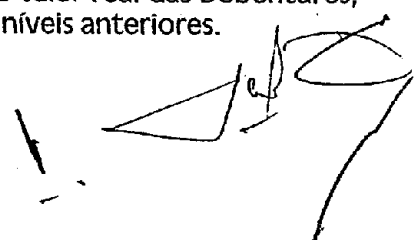
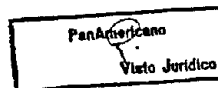
dias entre a data de início, inclusive, e a data de término, exclusive, do Período de Capitalização, que serão obtidas de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa DI Diária}_j = \left[ \left( \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right], \text{ onde:}$$

Taxa DI<sub>j</sub> = Taxa média do DI de um dia, "Over Extra-Grupo", calculada e divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual, ao ano (ex.: 20 % ao ano ; Taxa DI<sub>j</sub> = 20);

**4.4.2 Para fins do disposto na Seção 4.4 acima.** Adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses: **(a)** a utilização da Taxa de DI de um dia deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo; **(b)** na indisponibilidade temporária da Taxa de DI por prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, será utilizado automaticamente, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da Emissora; **(c)** na indisponibilidade temporária da Taxa de DI, por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis, será utilizado em sua substituição a Taxa Over Selic. Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa Over Selic em substituição à Taxa de DI, o Agente Fiduciário convocará Assembléia de Debenturistas exclusivamente para a definição, de comum acordo com a Emissora, do procedimento a ser adotado em relação à remuneração das Debêntures de forma que, além de se preservar o valor real das Debêntures, sejam elas remuneradas nos mesmos níveis anteriores; e **(d)** na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa de DI às Debêntures, será utilizada, em sua substituição, a Taxa Over Selic. Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa Over Selic em substituição à Taxa de DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures, de forma que, além de se preservar o valor real das Debêntures, sejam elas remuneradas nos mesmos níveis anteriores.

6



4.5 Periodicidade de Pagamento dos Juros. Os juros correspondentes a cada Período de Capitalização serão devidos semestralmente sendo o primeiro vencimento em 01 de junho de 2003 e o último em 01 de dezembro de 2005.

4.6 Pagamento do Principal. O pagamento do valor nominal das Debêntures será efetuado em 01 de dezembro de 2005.

4.7 Local do Pagamento. Os pagamentos referentes ao valor nominal e Remuneração a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados por meio da CETIP, ou por meio de Instituição financeira contratada pela Emissora para esse fim ou, ainda, na sede da Emissora, na hipótese de o debenturista não estar vinculado àquele sistema.

4.8 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo a qualquer título nos valores a serem pagos.

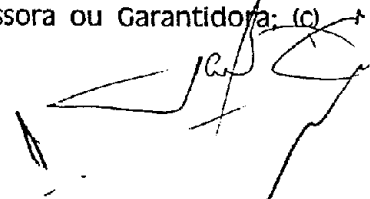
4.9 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures desta Emissão que estejam em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido da Remuneração, observado o disposto no Artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Nessa hipótese, as Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado.

4.10 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor, acrescido da Remuneração desde a data do inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento e de encargos moratórios na ocorrência dos seguintes eventos: (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou Garantidora, em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não sanado em 30 (trinta) dias contados a partir da data do protesto; (b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou Garantidora; (c)



7





liquidação ou decretação de falência da Emissora ou da Garantidora; (d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual, em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que possa de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta emissão; e (f) alteração substancial no controle da Emissora e/ou Garantidora.

4.10.1 Para os fins do disposto no item (f) da Seção 4.10, supra, "alteração substancial no controle" significa qualquer alteração no controle da Emissora e/ou Garantidora interveniente que resulte, de forma direta e indireta, (i) na perda do controle indireto da Emissora pela Garantidora, exceto em caso de reorganização societária do grupo, ou (ii) na perda do controle da Garantidora pelo Sr. Senhor Abravanel.

4.11 Encargos Moratórios. Caso a Emissora deixe de efetuar o pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, na data devida, a Emissora deverá pagar, em relação ao valor de tal pagamento devido e não pago, além da Remuneração, multa de 10% (dez por cento), e juros moratórios incidentes à taxa de 1% a.m. (um por cento ao mês), independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, calculadas desde a data de descumprimento até a data de efetivo pagamento, sem prejuízo do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

4.12 Decadência dos Direitos de Acréscimo. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.13 Fiança. Por este instrumento e na melhor forma de direito, a Garantidora obriga-se perante os debenturistas, na qualidade

8




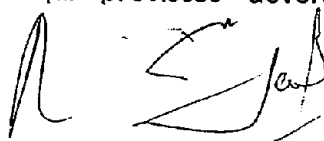

de fiadora e principal pagadora da Emissora, a garantir solidariamente o pagamento do valor nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, inclusive acréscimos moratórios, bem como quaisquer outros encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, sendo esta fiança irrevogável e irratratável para todos os efeitos legais, renunciando desde já a Garantidora aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil Brasileiro.

**4.14 Atividades da Emissora; Destinação dos Recursos.** A Emissora pratica operações de arrendamento mercantil, conforme autorização do Banco Central do Brasil. Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados pela Emissora exclusivamente para o financiamento das suas operações de arrendamento mercantil de veículos novos e usados.

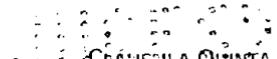
**4.15 Negociação.** As Debêntures serão negociadas junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

**4.16 Resgate Antecipado Facultativo.** As Debêntures poderão ser resgatadas, a critério da Emissora, mediante deliberação do Conselho de Administração e com aviso prévio de quinze (15) dias através de publicação conforme previsto no Item 2.6 da Cláusula Segunda, inclusive no que concerne às regras do sorteio. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal acrescido da Remuneração calculada até a data do efetivo resgate, e de prêmio incidente sobre o valor nominal acrescido da Remuneração, equivalente à alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, vigente na data do resgate. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no Item 2.6 da Cláusula Segunda. As debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

9



PanAmericano  
Jurídico

  
**CLÁUSULA QUINTA**  
**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**5.1 Informações.** A Emissora obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário as seguintes informações:

- a. dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b. dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras relativas a esse período, bem como balanço patrimonial da Garantidora relativo ao exercício social findo;
- c. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM no. 202/93 nos prazos previstos em tal regulamentação;
- d. imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

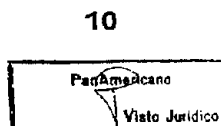
**5.2 Obrigações Contratuais e Legais.** A Emissora obriga-se a cumprir integralmente com as suas obrigações decorrentes da Escritura e da legislação e regulamentação aplicáveis.

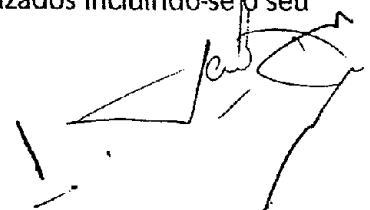
**5.3 Custos, Despesas e Taxas.** A Emissora obriga-se a arcar com todos os custos, despesas e taxas ("Despesas") incorridas ou pagas pelo Agente Fiduciário para proteger os interesses dos debenturistas nas formas desta Escritura, conforme a Seção 6.3(d) e a Seção 6.3(e).

**5.4 Comunicação de Descumprimento.** A Emissora obriga-se a comunicar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário, qualquer inadimplência da Emissora ou da Garantidora das obrigações decorrentes das Debêntures.

**5.5 Informações Atualizadas.** A Emissora obriga-se a manter todos os registros legais a todo o tempo atualizados incluindo-se o seu registro de companhia aberta.







5.6 Rating. A Emissora obriga-se a comunicar o Agente Fiduciário imediatamente, qualquer alteração na classificação do crédito (*rating*) concedido à Emissão. Obriga-se ainda a manter atualizada, no mínimo, anualmente e encaminhar a ANBID, ao agente fiduciário e ao Banco ABC S.A., coordenador líder, nota de classificação de risco (*rating*) durante a vigência das Debêntures.

5.7 Anúncios. A Emissora obriga-se a promover publicação na edição nacional do jornal Diário do Comércio e Indústria dos anúncios de início e de encerramento da Distribuição Pública.

5.8 Dividendos. A Emissora obriga-se a não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei no. 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, cessando tal proibição, tão logo seja purgada tal mora.

5.9 Exigências do Código ANBID. A Emissora obriga-se a cumprir todas as exigências do Código ANBID para que a Distribuição Pública seja registrada na ANBID, bem como proceder ao pagamento da taxa de registro da operação junto a ANBID.

CLÁUSULA SEXTA  
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1 Agente Fiduciário. Por esta Escritura, a Emissora constitui e nomeia agente fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que, por este ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a Emissora e a comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2 Declarações do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário declara:

a. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do Artigo 66 da Lei no. 6.404, de 15.12.76 e o

11



artigos 9º e 10º da Instrução CVM 28/83, para exercer a função que lhe é atribuída;

b. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

c. aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e disposições;

d. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da Instrução CVM 28/83; e

e. que foi verificada a regularidade da constituição da fiança descrita na Seção 4.13.

**6.3 Remuneração.** Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, os seguintes honorários:

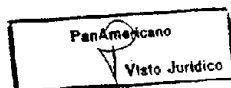
a. parcelas trimestrais e consecutivas de R\$3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), sendo a primeira devida na data de assinatura desta Escritura;

b. a remuneração prevista na Seção 6.3(a) será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora (ou pela Garantidora);

c. as parcelas referidas na Seção 6.3(a) serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01 de dezembro de 2002 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro rata die", se necessário;

d. a remuneração prevista na Seção 6.3(a) não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação pela Emissora, por escrito. Não estão incluídas tampouco

12



despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora, cujas despesas, da mesma forma, deverão ser previamente aprovadas pela Emissora, por escrito;

e. todas as despesas com procedimentos legais, inclusive de natureza administrativa, em que o Agente Fiduciário venha a envolver-se para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

f. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração prevista nesta Seção 6.3, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa de 5% (cinco por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;

g. na hipótese de ocorrer o cancelamento da totalidade das Debêntures emitidas, as parcelas vincendas serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano; e

h. a remuneração será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

13



6.4 Substituição. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação judicial ou extrajudicial, pedido de auto-falência ou concordata, decretação de falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a Distribuição Pública, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no parágrafo 4º do Artigo 2º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, a ser averbada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição. Aplicam-se às hipóteses de substituição ao Agente Fiduciário as normas e preceitos baixados pela CVM.

6.5 Deveres. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

14

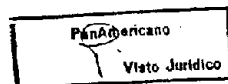
  

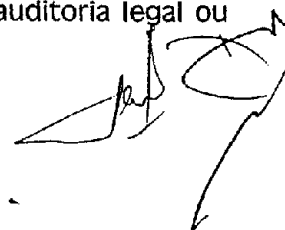
PanAmericano  
Visto Jurídico

- b. renunciar a função de Agente Fiduciário na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c. conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais documentos relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função de Agente Fiduciário, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;
- h. verificar a regularidade da garantia fidejussória prestada, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i. intimar a Emissora e/ou Garantidora a reforçar a garantia prestada na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- k. solicitar, quando considerar necessário, auditoria legal ou contábil extraordinária na Emissora;



15







l. convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

m. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações a que lhe forem solicitadas;

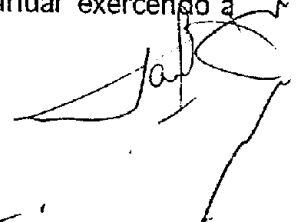
n. elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do Artigo 68 da Lei no. 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

- i. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
- iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- v. resgate e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures pela Emissora;
- vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- vii. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- viii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
- ix. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



16

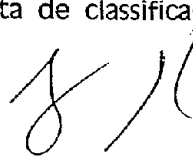
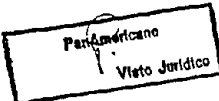


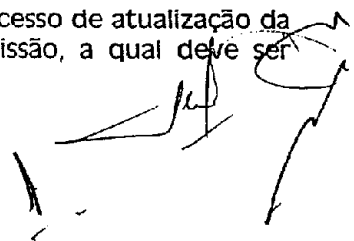




- x. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
- o. colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
  - ii. no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - iii. na CVM;
  - iv. nas bolsas de valores, quando for o caso; e
  - v. na instituição financeira que efetuou a colocação das Debêntures.
- p. publicar, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações nos termos desta Escritura, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados nos subitens do item "o" acima;
- q. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- r. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- s. notificar os debenturistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, ao Banco Central do Brasil e às bolsas de valores onde a Emissora tiver seus valores admitidos à negociação.
- t. acompanhar junto à Emissora o processo de atualização da nota de classificação de risco (*rating*) da emissão, a qual deve ser

17



atualizada, no mínimo, anualmente durante a vigência das Debêntures.

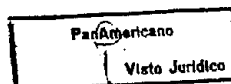
**6.6 Atribuições.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou a Garantidora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

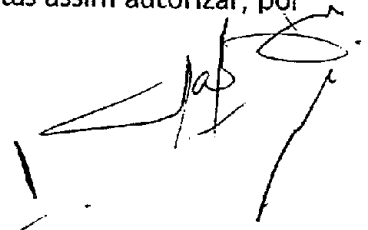
- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e incluindo principal e acessórios;
- b. tomar quaisquer providências para a cobrança e realização dos créditos dos debenturistas;
- c. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, salvo deliberação em contrário tomada em Assembléia de Debenturistas pela maioria das Debêntures em circulação;
- d. requerer a liquidação ou falência da Emissora, nos termos da lei; e
- e. cobrar extrajudicialmente da Garantidora o pagamento de quaisquer valores devidos pela Emissora, com base na fiança prestada pela Garantidora nos termos da presente Escritura, aplicando o produto no pagamento das obrigações relativas às Debêntures então vencidas, observadas as disposições da Seção 6.7.

O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens "a", "b", "d" e "e" desta Seção 6.6 se a assembléia dos debenturistas assim autorizar, por



18





deliberação unânime dos titulares de todas as Debêntures em circulação.

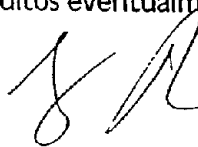
6.7. Procedimentos para Execução da Fiança. Salvo deliberação em contrário da assembléia de debenturistas, na execução da fiança prestada pela Garantidora, o Agente Fiduciário deverá observar os seguintes prazos e procedimentos:


a. verificado o inadimplemento pela Emissora no cumprimento das suas obrigações relativas às Debêntures, inclusive nos termos da Seção 4.10 supra, o Agente Fiduciário notificará a Emissora para que disponibilize, na forma prevista nesta Escritura e no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de notificação, conforme definido no item (d) da Seção 4.10, recursos no montante necessário para o cumprimento total das referidas obrigações, acrescidas da Remuneração e encargos moratórios previstos nesta Escritura, e notificará a Garantidora para que no mesmo prazo disponibilize os referidos recursos, sob pena de vencimento antecipado da Emissão;

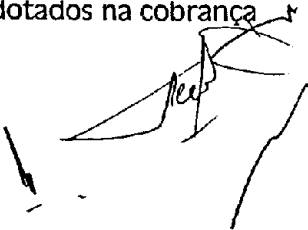
b. na hipótese de nem a Garantidora, nem a Emissora quitarem as referidas obrigações, dentro do prazo previsto no item anterior, ou efetuar um pagamento parcial, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures e notificará a Garantidora para que disponibilize, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados do recebimento da notificação, o saldo devedor, acrescido da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de encargos moratórios;

c. na hipótese de a Garantidora não quitar as referidas obrigações dentro do prazo previsto no item anterior, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas para que sejam determinados os procedimentos a serem adotados na cobrança dos créditos eventualmente ainda não quitados; e

19







d. havendo pagamento de quaisquer valores pela Garantidora com base no disposto nos itens anteriores, sejam eles representativos de um pagamento total ou parcial dos montantes devidos, a Garantidora deverá comunicar o Agente Fiduciário por escrito da efetuação do depósito na conta corrente mantida pela Emissora junto ao banco mandatário, e o Agente Fiduciário tomará todas as providências necessárias para viabilizar a distribuição proporcional desses valores aos debenturistas no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento da comunicação do depósito, observadas as disposições da Seção 4.7 acima.

CLÁUSULA SÉTIMA  
ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1 Assembléias. Os titulares das Debêntures de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM. Aplicar-se-á à assembléia dos debenturistas, no que couber, o disposto na Lei no. 6.404/76 para assembléia geral de acionistas. A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM. Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo Agente Fiduciário, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas. Nas deliberações da assembléia, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas, bem como de seus advogados, devendo estes, quando for o caso, comparecer munidos do respectivo instrumento de mandato. Para

20



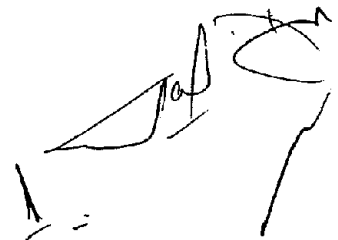
efeito da constituição do "quorum" a que se refere esta cláusula, serão excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em carteira.

CLÁUSULA OITAVA  
DIVERSOS

**8.1 Comunicações.** Quaisquer notificações, comunicações ou informações entre as partes será considerada como entregue se enviada por escrito (na forma de fac-símile ou de carta registrada, exigindo-se, neste último caso, o retorno do aviso de recebimento), endereçado conforme abaixo especificado:

- a. Se para a Emissora:  
Avenida Paulista, 2240 – 13º andar  
01310-300 – São Paulo, SP  
At: Sr. Wilson Roberto de Aro  
Tel.: (011) 3146-5274  
Fax: (011) 3146-5275
  
- b. Se para o Agente Fiduciário:  
Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205  
Condomínio Downtown – Barra da Tijuca  
22640-100 - Rio de Janeiro, RJ  
At: Sr. Juarez Dias Costa  
Tel.: (21) 2493-7003  
Fax: (21) 2493-4746
  
- c. Se para a Garantidora:  
Rua Jaceguai, 496, 7º andar  
01315-010 - São Paulo, SP  
At: Sr. Antônio Luiz Droghetti Neto  
Tel.: (011) 3248-3537  
Fax: (011) 3105-1323

21



Ou, em qualquer caso, para aqueles outros endereços que venham a ser fornecidos na forma estabelecida nesta Seção 8.1 por qualquer das partes à outra.

**8.2 Tolerância.** Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes deverá ser sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

**8.3 Invalidação ou Anulação.** A Invalidação ou anulação, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo o disposto nesta Seção 8.3, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula invalidada ou anulada, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou anulada, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou anulada e o contexto em que se insere.

**8.4 Alteração.** Qualquer alteração dos termos e condições desta Escritura somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio, assinado por todas as partes.

**8.5 Foro.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



22

